

**ALDEIA ICATU: OS TERENA NO OESTE PAULISTA E AS LIGAÇÕES
COM O MATO GROSSO DO SUL**

Renato Felix Lanza

Universidade Federal da Grande Dourados

petacafelandia@yahoo.com.br

Resumo: Estudo sobre a formação da aldeia Icatu, criada na década de 1910, em meio ao processo de “pacificação”, iniciado em 1912 pelo Serviço de Proteção ao Índio (SPI). Seu surgimento tem por motivação disputas territoriais devido à chegada da ferrovia e do café ao oeste paulista. Análise das populações Kaingang e Terena presentes na região, com recorte entre a “pacificação” dos primeiros e a chegada dos segundos, vindos da região do atual Estado de Mato Grosso do Sul. Destaca-se que somente na década de 1930 que os Terena chegariam ao estado de São Paulo, trazidos pelo SPI para ocupar o posto indígena Araribá, que tinha ficado desabitado devido às mortes provocadas por um surto de gripe espanhola que dizimou populações Guarani ali residentes, e para Icatu, onde seriam utilizados, na visão do SPI, como agentes que instruiriam os Kaingang nas atividades de lavoura e criação de animais. Os Terena eram, pois, considerados pacificadores pelo órgão indigenista.

Palavras-chave: Aldeia Icatu. Kaingang. Terena.

Introdução

Brevemente citando, os Terena são uma etnia pertencente à família Aruak e encontram-se espalhados por terras indígenas no Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT) e São Paulo (SP). São Aproximadamente 30 mil. Em São Paulo, as aldeias do Oeste do Estado contavam, segundo o Censo de 2010, com quase 900 pessoas: 536 em Araribá, 139 em Icatu e 210 em Vanuíre. A população indígena deste estado era a 8ª em quantidade, com quase 42 mil indivíduos. Os Kaingang, etnia pertencente ao tronco Jê, encontravam-se espalhados pelos estados de São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. São aproximadamente 40 mil. Em São Paulo, encontram-se nas aldeias de Icatu e Vanuire. Icatu, aldeia de origem Kaingang, mas que apresenta maioria populacional Terena, está localizada no município de Braúna, SP. Conta com 300 hectares.

Este artigo surge do processo de escrita da dissertação de mestrado do autor, ainda em andamento, pela Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), onde, para se pesquisar essa temática, percebeu-se ser interessante uma mistura de análise documental com a oralidade dos indígenas. Mas como fazer isso? As respostas pareceriam surgir após os primeiros contatos com a etnohistória.

Utilizou-se, pois, o artigo de Mota (2014) e o de Cavalcante (2011). Mota demonstra que os indígenas devem ser analisados como protagonistas. Não podem ser tratados apenas como conquistados, inferiores ou infantis. A pretensa superioridade racial e cultural europeia teria sido, segundo ele, uma construção que se impôs e se impõe em várias disciplinas, impondo conceitos e negligenciando a história de inúmeras sociedades pelo mundo. Estas eram tratadas como se não tivessem nem futuro e nem passado. Tinha-se o preconceito de se estudá-las, pois se argumentava que elas não possuíam escrita e, além disso, temia-se o uso da história oral. Precisava-se de novos métodos e novas fontes. Para ele, a etno-história, com seu uso combinado de diversas fontes, poderia dar resultado significativo quando comparado com a história sustentada em documentos. Ela incorporaria tradições orais, etnoconhecimentos e a cooperação interdisciplinar. Já Cavalcante argumenta que a etno-história foi tratada de quatro formas distintas: uma disciplina independente, uma representação própria dos povos indígenas acerca de sua história e tempo, uma etnociência ou um método interdisciplinar. Conclui, porém, que é uma metodologia que se utiliza de evidências documentais e tradições orais para estudar as transformações nas culturas das sociedades sem escrita da América, sobretudo do período colonial. Para ele, a etno-história representaria uma porção de liberdade metodológica, o problema determinando as fontes e o método. Os métodos deveriam estar a serviço da pesquisa, mas não significando com isso a anarquia. Seria uma metodologia mais favorável para a construção de uma história indígena dita, pelo autor, mais holística. Termina por dizer que o objetivo é superar a perspectiva eurocêntrica e evolucionista. Superar a inclusão da temática indígena como anexo, pois os indígenas são sujeitos históricos e não podem ser tratados apenas como vítimas.

A última etapa da dissertação, ainda não finalizada, consiste na busca pela oralidade Terena e Kaingang. Foram feitas visitas às aldeias e buscou-se identificar novas

relações. Identificadas as pessoas que colaborarão com o projeto, buscou-se um aporte teórico para a realização dessa fase. Com a história oral, percebeu-se meios para atingir esse objetivo. Através do estudo da obra de Meihy, Augusto e Lea (2006), do Manual de História Oral (1998) e de Conceitos da NEHO (Núcleo de estudos de História Oral da USP), obteve-se mais direcionamentos. Meihy (2006) utilizou-se dos conceitos da História Oral, definindo-a como prática de apreensão de narrativas feitas através do uso de meios eletrônicos e destinada a recolher testemunhos, promover análise de processos sociais do presente e facilitar o conhecimento do meio imediato; formulação de documentos por meio de registros eletrônicos; conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas a serem entrevistadas.

Pretende-se, pois, pesquisar e descobrir novas versões, confirmar, contrapor-se e contribuir com a história de Icatu, Terena, Kaingang, do oeste paulista, em fim, com a história nacional, baseado em conceitos e procedimentos metodológicos que vão ao encontro da pesquisa em história indígena, procurando sustentação acadêmica, porém, não engessada.

1. Os Terena

Originários da região do Chaco, chamada por eles de Êxiva, já na metade do século XVIII estavam na região dos atuais municípios de Miranda e Aquidauana, hoje pertencentes ao Estado de Mato Grosso do Sul. Com a Guerra do Paraguai, lutaram por seus territórios contra os paraguaios e fizeram alianças com o exército brasileiro, sendo protagonistas nesse episódio. Ao fim da guerra, tiveram que, mais uma vez, lutar por seus territórios, porém, agora contra os brasileiros que ficaram na região apossando-se de seus territórios.

Dois outros fatores são vitais para a compreensão da história Terena: a criação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) e a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (EFNOB). O SPI traz a questão da tutela e da criação de reservas, aldeamentos com interesses na liberação de terras indígenas e na aglomeração de mão de obra. Para os Terena, estes fatos poderiam ser uma forma de assegurarem suas terras e garantirem

alguns benefícios por parte do estado, já que sempre argumentaram sua importância e seus trabalhos prestados ao governo nas fronteiras e na Guerra do Paraguai. A EFNOB foi construída passando por território Kaingang no oeste paulista e, logicamente, este povo lutou pelo direito a suas terras. Porém, para os colonos, essa etnia era um empecilho ao progresso e desenvolvimento da região. O SPI acabaria optando pela chamada dos Terena para, na visão do órgão, civilizar o “bravo” e “hostil” indígena do oeste paulista.

Bittencourt e Ladeira (2000) dizem que a política de estabelecer os indígenas em reservas controladas por funcionários do governo começou a ser praticada em 1910, com o SPILT. Para as autoras, o marechal Cândido Rondon teria imposto ao SPI a ideia de “pacificar” o indígena para permitir o avanço do branco, através da demarcação de reservas, transformando o indígena em trabalhador, protegendo-o e educando-o, liberando assim as terras:

[...] * “pacificar” o índio arredo e hostil, para permitir o avanço dos purutuyé nas zonas pioneiras, isto é, recém abertas para a colonização.

*demarcar suas terras, criando “reservas indígenas”, lotes de terra sempre inferiores aos territórios anteriormente ocupados pelos índios. A justificativa é que “pacificados” não precisavam mais “correr de um lado para outro”.

*educar os índios, ensinando a eles técnicas de agricultura, noções de higiene, as primeiras letras e ofícios mecânicos e manuais para que pudessem sair da condição de índio bravo e serem transformados em trabalhadores nacionais.

*proteger os índios e assisti-los em suas doenças.
(BITTENCOURT; LADEIRA, 2000, p.95)

Oliveira (1958), além de falar da origem chaquenha, destaca a penetração pastoril no MS no final do século XVIII, a Guerra do Paraguai, a construção da rede telegráfica, a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (1905-1914) e a política protecionista do SPI como fundamentais para se entender a etnia. Demonstra que, por participarem ativamente da guerra citada, como fornecedores de alimentos e militarmente, pleiteiam e justificam seu direito à terra.

Borelli e Luz (1984) apontam que a estrutura social Terena é caracterizada em quatro estratos:

[...] chefes (Unati), comuns (Whaerê-Shane), Guerreiros (Shuna-Asheti) e cativos (Kauti). Os Unati eram geralmente os chefes das metades (quando uma sociedade se divide em dois segmentos, de modo que toda pessoa é, necessariamente, membro de um deles); os Whaerê-Shane, essencialmente trabalhadores, cultivadores e gente de serviços. O estrato Shuna-Asheti, de guerreiros e seus parentes, parece também incluir capitães menores e, mesmo, chefes de casas comunais. Finalmente, os cativos, obtidos nas capturas, nem sempre aproveitados nos trabalhos agrícolas por serem oriundos de grupos caçadores-coletores, representavam mais uma fonte de prestígio político do que propriamente econômico. (BORELLI; LUZ. Comissão Pró-índio, 1984, p.13-14).

Segundo Vargas (2003, p.115), a partir do momento em que passaram a reivindicar suas terras, deixaram de ser o “índio amigo” para se tornarem “bugres”. Tentou-se negar-lhes as contribuições, mas o povo Terena não permitiu. Vargas conclui fazendo um resumo da importância Terena no MS desde o século XIX, com suas trocas de alimentos e outros produtos, até a Guerra do Paraguai, onde foram “fronteiras vivas” na defesa do território nacional (deles principalmente) (p.129-130). No início do século XX, foram colocados em reservas, já que o SPI queria transformá-los em trabalhadores nacionais autossuficientes, formando mão de obra barata e apta para as fazendas do MS, mantendo a economia de Estado e liberando terras (p.131). Por fim, demonstra que os Terena souberam interagir e negociar para que suas pautas fossem atendidas (p.132).

Em Acçolini e Moura (2015, p.249), destaca-se o protagonismo Terena na história do MS. Nesse processo, aponta-se a manutenção, alteração e surgimento de costumes da etnia:

A etnia Terena foi uma das protagonistas na constituição e consolidação dos estados de Mato grosso e Mato Grosso do Sul, na região Centro-Oeste brasileira. Lutou por seus territórios contra os paraguaios e depois contra os brasileiros, que se apossaram das terras terena quando do término da guerra contra o Paraguai. Fortaleceram-se enquanto etnia e receberam novos territórios, nos quais produziram e reproduziram o *modus vivendi* Terena/Arawak. Todavia, novas relações, novos costumes e comportamentos, bem como novas religiosidades foram aceitas pelos Terena contemporâneos. (ACÇOLINI; MOURA, 2015, p.249)

Vargas (2011, p.19) demonstra, na introdução de sua obra, cita a importância da participação efetiva dos Terena na Guerra do Paraguai, dentro do exército brasileiro, as relações de amizade criadas e as reivindicações de seus direitos que surgem desse contexto. A aldeia é considerada pela autora como espaço privilegiado para as reivindicações dos Terena e de seu fortalecimento político ao longo de sua trajetória (p.25). Os Terena apropriaram-se dos códigos da sociedade envolvente, atualizando os seus próprios, modificando-os continuamente, conforme suas necessidades e interesses. Para a autora, essa etnia costuma dividir-se em vários grupos a procura de novos espaços, sendo, pois, uma dinâmica interna após consolidação de aldeias (p.26).

Vargas aponta a estratégia dos professores Terena de fortalecer os vínculos com o passado, reforçando a importância da terra e justificando a necessidade de ampliação de seus territórios. A memória histórica justificando e legitimando reivindicações atuais.

Para a autora, os Terena se destacaram por permitirem o contato e pela relação de trabalho que mantinham nas fazendas, ajudando no processo de “civilização” de outras etnias ao lhes ensinar o trabalho agrícola. Em contrapartida, faziam solicitações ao governo (p.67).

Em Acçolini (2012, p. 25), também se relata serem os Terena um povo Aruák, proveniente do Chaco, região paraguaia, e que passou a habitar o pantanal sul-matogrossense desde o século XVIII. Borelli e Luz, na introdução da obra produzida pela Comissão Pró-índio do Estado de São Paulo (1984, p.12), também tocam na questão da origem Terena ser proveniente do Chaco e de serem do tronco Aruák, e que sua chegada ao Brasil se deu devido ao processo de colonização das áreas espanholas paraguaias.

Mussi (2006) aponta um fato que será de grande importância para se pensar essa dissertação que é a busca por melhores condições de vida ser algo constante no modo de ser Terena. É por esse motivo que esse povo tem sua história marcada por deslocamentos, onde acumulou experiências para inserção com estratégias, negociações, adaptações e ressignificações socioculturais:

[...] é a busca de melhores condições de vida, inquietação impulsionadora permanente entre os Terena, mesmo em terras brasileiras. Seja de aldeia para aldeia, motivação mais antiga; seja da aldeia para a cidade, motivação mais recente, o povo Terena tem a sua história marcada pelos deslocamentos,

acumulando experiência bastante significativa nas dinâmicas de inserção, e das estratégias de negociação, adaptação e ressignificação sócio-culturais [...] (MUSSI, 2006, p.174).

Vargas (2011) aponta que nova onda de não indígenas viria forte para a área do atual MS com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil (p.57). A rede telegráfica e a Noroeste são, pois, fatores de grande mudança na vida dos Terena. Esses empreendimentos cruzaram o território dessa etnia e, como demonstra a autora, alguns deles foram levados para outras localidades para trabalhar e ser exemplo a outras etnias, como para ensinar trabalhos agrícolas em Araribá, no interior do Estado de São Paulo, junto aos Guarani. Entretanto, pode-se colocar aqui também o interesse Terena por novas terras e melhores condições de vida:

[...] foi quando esses índios permitiram ser transferidos para outras reservas indígenas que não eram as suas, para ensinar os trabalhos agrícolas para outras etnias, indo para outras regiões do estado e também para fora dele, sendo esse o caso de sua presença em Araribá no interior de São Paulo, junto com os índios Guarani [...] (VARGAS, 2011, p. 96).

2. Os Kaingang em São Paulo

Segundo Borelli e Luz (1984), os Kaingang tiveram várias denominações: Tapuias, Jê, Guaianá, Coroados, Bugre, Botocudo, entre outras. Aponta que a ancestralidade dessa etnia seria a dos Guaianá, do Planalto do Piratininga, de filiação Jê. Comenta que, atualmente, são classificados como Jê, porém, existindo a dúvida se vieram de Piratininga para o oeste ou se vieram do sul. Os Kaingang estariam presentes nos Estados de SP, PR, SC e RS (p.13). Monteiro (1984) reforça a tese de que os Guaianá são os prováveis ancestrais dos Kaingang, nação que resistiria ao avanço cafeeiro no oeste paulista (p.24). Borelli (1984) retorna ao assunto comentando as duas versões sobre os Kaingang: do planalto de Piratininga, cidade de São Paulo hoje, ou do sul do país? Fato é que a obra concorda ser uma tarefa complexa a reconstituição da trajetória histórica dos caminhos percorridos pelas populações Kaingang (p.58-59).

Comenta o processo de colonização tardia do oeste paulista e demonstra que a área entre os rios Aguapeí e Peixe era de domínio Kaingang:

A colonização efetivada através da formação de núcleos de subsistência, compostos fundamentalmente por migrantes originários do Estado de Minas Gerais, encaminhou-se em duas direções. Por um lado, ocupando a região norte do estado, acima do rio Tietê, nas proximidades do rio São José dos Dourados e afluentes do rio Grande e, por outro, localizando-se na região sudoeste, abaixo do rio do Peixe, nas proximidades dos rios Santo Anastácio e afluentes do rio Paranapanema. Nesse contexto, a área de ação dos grupos Kaingang, limitada basicamente pelos rios Aguapeí e Peixe, não foi utilizada pelos colonizadores. Mesmo assim, a proximidade indígena e alguns contatos aleatórios originaram uma série de conflitos que merecem ser registrados (BORELLI, 1984, p.62).

Aponta-se, por fim, que o início do século XX foi particularmente desastroso para as populações Kaingang do oeste paulista. Em 1912, o grupo já estaria “pacificado” e vivendo em reservas. Entretanto, para além da sutileza do termo entre aspas, o que ocorreu de fato foi um extermínio, pois de aproximadamente 1200 indivíduos antes de 1912, essa população caiu para 700 na data da “pacificação”, e para 200 em 1916. Números que podem ser considerados como um genocídio. Os fatores apontados para essa situação são a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, epidemias e ausência de nascimentos (p.81).

Pinheiro (1999) mostra que o oeste paulista era área de Kaingang, Guarani e Oti, mas que só sobraram Vanuire, Icatu e Arariba (p.10). Os Kaingang, em SP, seriam habitantes imemoriais da região entre os rios Tietê, Peixe, Feio-Aguapeí e Paranapanema, sendo, portanto, segundo sua análise, os donos originários da região onde hoje possuem apenas três áreas reduzidas (p.23).

Rodrigues (1997) faz uma análise das bacias hidrográficas do oeste paulista, mais especificamente entre os vales dos rios Tietê e Paranapanema e seu planalto cortado por vários rios, destacando o rio Feio/Aguapeí (p.1). Comenta a ocupação sistemática da região no final do século XIX e início do XX:

No período histórico mais recente, com a expansão capitalista implementada de forma mais sistemática em meados do século XIX e XX nas áreas entrecortadas pelos rios São José dos

Dourados, Tietê, Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio, essas áreas passam a ser exploradas mais intensamente, acirrando os conflitos com as populações indígenas que habitavam a região, provocando, durante o processo de ocupação, as transferências das populações indígenas para outras regiões, bem como seu extermínio. Relatos da presença dos Kaingang, dos Guarani, dos Oti-Xavante e dos Ofaié-Xavante, são comuns nesta região e definem a ocupação indígena do período de contato (RODRIGUES, 1997, p.3).

Para Borelli (1984) a colonização do Oeste Paulista só se efetivaria nas primeiras décadas do século XX, pois, anteriormente, nas palavras da própria autora, a região entre os rios Tietê, Feio, Aguapeí, do Peixe e Santo Anastácio era considerada sertão desconhecido, habitada por índios perigosos e hostis:

A partir da segunda metade do século XIX e dos primeiros anos do século atual, tiveram início vários processos de reconhecimento, colonização e ocupação deste território, por meio de expedições de caráter exploratório, organizadas por comissões e instituições científicas, expedições de cunho religioso cujo objetivo era a catequização das populações indígenas, além da formação de núcleos de subsistência, expansão da economia cafeeira e construção de novas vias de comunicação, principalmente ferrovias (BORELLI, 1984, p.45).

A Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, segundo a autora, teria surgido em um contexto no qual a sociedade brasileira priorizava o encurtamento das distâncias, promovia a colonização, tentava unificar o país e garantir a segurança nacional, defendendo suas fronteiras. Ela serviria para promover as comunicações, o abastecimento e as exportações. O desenvolvimento do café em SP não teria sido possível sem ela (p.50). Por ter atravessado justamente seu território, a história da Noroeste é parte vital na história dos Kaingang paulistas (p.52).

A autora faz descrições da resistência dos Kaingang e classifica como um obstáculo significativo ao avanço do café nos primeiros anos do século XX. Os conflitos seriam constantes, tornando inviável a formação de algumas fazendas e colocando em risco a vida de colonizadores, o que geraria hostilidades contra os indígenas:

A expansão cafeeira foi, sem dúvida, a mais significativa das frentes de colonização do oeste do Estado de São Paulo e a

pacificação dos Kaingang em 1912 colaborou diretamente para sua ampliação, na medida em que liberou, para o café, territórios anteriormente caracterizados pela presença indígena (BORELLI, 1984, p.68).

Comenta-se que a intervenção do SPI para pacificar os Kaingang, em 1912, colocando-os em reservas e liberando o território para o café, foi fundamental. Analisa-se, porém, que a não intervenção do órgão poderia ter gerado a extinção da etnia em SP, pois, segundo aponta-se, os indígenas dificilmente resistiriam à pressão da expansão capitalista. A Noroeste viria para desempenhar o papel definitivo na ocupação do oeste paulista. Cortou a área Kaingang e gerou resistência, entretanto, alguns autores apontam que as epidemias foram mais mortais que a luta contra os indígenas (p.69).

Borelli, através de citação de Ribeiro, demonstra que o interesse da Noroeste era o de ocultar a mortalidade gerada pelas epidemias e colocar a culpa nos indígenas. Esse quadro justificaria as chacinas contra os Kaingang através dos bugreiros contratados pela própria empresa:

Entretanto, segundo as publicações da empresa ferroviária, interessada em ocultar tamanha mortalidade, o inimigo era o índio: o grande obstáculo no prosseguimento da construção seria a hostilidade dos Coroados (RIBEIRO, citado por BORELLI, 1984, p.70).

Os conflitos se intensificavam e os indígenas lutavam a cada quilômetro em defesa de seu território. Através de relato fornecido por Neves, a autora diz que o primeiro conflito teria ocorrido em 1907, no km 184, entre as cidades de Lins e Penápolis. Um ano depois, ocorreria outro no km 259, entre Penápolis e Birigui. Em 1909, no Km 179, entre Lins e Penápolis e, no km 310, próximo à estação de Guararapes. Em 1910, no km 178, perto da estação Hector Legru (atual Promissão), recomeçam os conflitos. Ataques aos funcionários, postos telegráficos e aos trilhos ocorreriam de forma constante. Em contrapartida, violentas punições contra os indígenas ocorreriam (NEVES 1958, citado por BORELLI, 1984, p.70).

Em 1909, diante dos conflitos e das epidemias, a Noroeste começou a exigir do governo federal proteção militar para continuar sua construção (p.71). Entretanto, demonstra-se que os massacres contra os Kaingang, de responsabilidade da empresa,

que contratava bugreiros para isso, continuavam. A autora mostra aqui a violência extrema utilizada por aqueles para matarem os indígenas, os quais não considerariam pessoas (p.72). Era uma visão estereotipada na qual indígena não era humano digno de emoções e civilidade. Era, pois, a desculpa perfeita para eliminá-los e acabar com o problema dos atrasos na construção da estrada de ferro (p,73). Comenta-se, inclusive, que a solução de alguns cientistas era a de exterminar o “empecilho” indígena, mas aponta que também existiram denúncias (p.74).

Devido a fortes pressões internas e externas, o Brasil começou a rever sua política indigenista, trocando-a de um extermínio aberto para pretensas demandas por proteção estatal. Assim, em 1910, o SPI e o estado se veem forçados a uma escolha entre a pressão dos que queriam o “progresso” e os que queriam a “proteção” dos indígenas. Para o órgão, o indígena tornou-se seu “objeto” de proteção, porém, seu obstáculo (p.76).

Nesse contexto, a autora afirma que o objetivo de pacificar o Kaingang em 1912 era o de preservá-los das chacinas, retirando-os das áreas de conflito e tranquilizando a colonização. Afirma-se que o plano de pacificação e de formação das reservas foi elaborado por tenentes do SPI, contando com a presença de indígenas Kaingang do PR e SP, aprisionados por bugreiros, inclusive com a importante figura da Índia Vanuire, que muito contribuiria para um contato dito mais pacífico.

Comenta que foi uma grande dificuldade se escolher o local do posto de atração, pois os Kaingang circulavam por uma área de aproximadamente 250 km entre os rios Peixe e Aguapeí. Mas, devido a um assalto na estação Hector Legru, atual Promissão, os funcionários do SPI descobririam a localização de um acampamento, próximo ao Ribeirão dos Patos. Nesse local seria levantado o primeiro posto de atração. Em 1911, seria encontrada a primeira aldeia Kaingang, que pertencia ao grupo do cacique Vahuin. Os indígenas saíram do local, mas o SPI deixou presentes, antes de retornar ao posto de atração. Entretanto, o local do posto seria requisitado para o café, que valorizava aquelas terras (p.78). O acampamento acabaria dissolvido em 1916 devido a essas pressões (p.79).

Segundo consta em Rodrigues (2007), entre 1880 e 1910, o Planalto Ocidental Paulista recebeu os primeiros indivíduos ligados à cafeicultura. Em 1929, chegariam à

região entre os rios Tietê e Aguapeí, atingindo a região de Araçatuba, e entre os rios Aguapeí e Peixe, na região de Marília. Com isso, houve uma grande procura por terras na região para o plantio de café. Com essa onda, chega também a Noroeste, estrada de ferro que atravessaria territórios Kaingang (MELATTI, citado por RODRIGUES, p.51).

O autor diz que as primeiras referências que identificam Kaingang na região dos rios Feio/Aguapei são os relatos da Comissão Geográfica e Geológica do estado de SP (p.55). Outra importante fonte para identificação da presença dessa etnia na região seria Horta Barbosa (1913), um dos responsáveis pelas frentes de atração idealizadas pelo SPI e que resultaram na criação do primeiro aldeamento em Hector Legru (Promissão). Esse primeiro aldeamento seria chamado de Vila Kaingang e se localizaria próximo ao Ribeirão dos Patos:

[...] Feito o acampamento ao lado dessa estação iniciou logo o tenente Candido Sobrinho a exploração da mata que a circundava, resultando daí a descoberta de que se achava num lugar muitíssimo frequentado pelos índios e por isso mesmo muito próprio para a fundação do projetado centro de atração. [...] seguindo por um dos trilhos mais batidos, foi o tenente Sobrinho esbarrar a 2 km da estação com o Ribeirão dos Patos, num ponto de passagem dos silvícolas e onde convergiam para todos os lados numerosos caminhos com sinais de serem muito trafegados. [...] Para aí resolveu ele transferir imediatamente o seu acampamento fazendo para isso a necessária derrubada do arvoredado secular; depois substituía o abarracamento inicial por um arranchamento a servir de centro das operações que se haviam de desdobrar para o interior da floresta que se estendia ininterrupta para os lados do Feio. (BARBOZA, [1913] 1918, p.16-17 citado por RODRIGUES, 2007, p.57).

Comenta a mudança da Vila Kaingang, de Promissão, para um novo local, que seria Icatu, no atual município de Braúna, SP. Teria ocorrido no começo de junho de 1916:

[...] decidiu-se a mudança de posto de atração, o que foi levado a efeito em princípio de junho deste ano de 1916. O primeiro projeto foi estabelecer o novo acampamento no lugar em que existiu a aldeia do chefe Iacry. Esse projeto, porém, teve de ser abandonado em vista das despesas. [...] ficando esse local 9 quilômetros além do Aguapey, o qual por sua vez dista da estação de Penápolis 7 léguas. (BARBOZA, [1916] 1954, p.65-67 citado por RODRIGUES, 2007, p.59).

Rodrigues cita Von Ihering (1895, 1904 e 1907), diretor do Museu Paulista, identificado com a expansão capitalista e com a linguagem carregada de preconceitos, diz que a solução era o extermínio dos indígenas:

[...] os atuais índios do Estado de São Paulo não representam um elemento de trabalho e de progresso. Como também nos outros Estados do Brasil, não se pode esperar trabalho sério e continuado dos índios civilizados e como os Kaingangs selvagens são um empecilho para a colonização das regiões do sertão que habitam, parece que não há outro meio, de que se possa lançar mão, senão o seu extermínio (IHERING, 1907, p.215 citado por RODRIGUES, 2007, p.73).

Pinheiro (1999) resume que o papel do SPI era o de liberação das terras para colonização e controle das comunidades indígenas, por meio de uma estratégia de disciplina militar e regime tutelar para incorporá-los à civilização, mediante imposição de hábitos, costumes e trabalho dito civilizado. Seria uma aliança entre governo, bugreiros, grileiros e imigrantes para deslocar os indígenas para pequenas áreas (p.7). A meta do SPI era, então, integração, proteção e tutela e liberação de terras (p.10).

Para Mello (1982), com a saída de Bandeira, em pouco tempo o acampamento seria transferido de localidade. Os indígenas logo retornariam às suas lutas entre si e, grande parte deles retornaria à mata. Dois novos postos seriam criados pelo SPI: Vanuire (com terras muito ruins) e Icatu (com terras um pouco melhores). Seria, a princípio, terra de doações, porém, o SPI a adquiriria regularmente. Bandeira ainda seria escalado para pacificá-los novamente e ajudá-los a se fixarem nos novos postos (p.79-80).

Em Silva (2012), dá-se uma breve descrição da aldeia de Icatu. Para ela, esta não possui padrão circular, pois as casas estariam dispersas pelos caminhos e trilhas que se comunicam com o “centrinho”, que seria o nome dado às partes comuns da localidade. Neste local, entre outros itens, haveria uma escola, o ponto de ônibus, o centro comunitário, a igreja e uma quadra (p.62). A escola dentro de Icatu seria diferenciada,

multilíngue, com material próprio nas línguas Kaingang e Terena, integral e com turmas até o 5º ano do fundamental (p.112).

3. Considerações finais e aprofundamento Investigativo: Icatu, Kaingang e Terena.

Tendo como base o conhecimento obtido das etnias Terena e Kaingang, bem como seus processos de fixação no oeste paulista, na próxima fase da dissertação, ainda não iniciada oficialmente, já que as conversas e o uso da oralidade foram feitas de maneira informal, serão analisadas as relações entre as duas etnias, priorizando o caso de Icatu, mas não se deixando de citar os casos de Araribá e Vanuíre, no período entre a pacificação Kaingang até a chegada dos Terena. Além das fontes orais, será tratada também a análise de documentação do SPI referente ao tema. Para este artigo, será focado neste item as versões das motivações da vinda de parcelas Terena para SP.

Neste sentido, Silva (2012, p.33) fala do conflito no Oeste Paulista contra o aldeamento e cafeicultores, relatando os possíveis motivos do surgimento das aldeias da região e a questão da “pacificação do Kaingang”, motivo justificado para a vinda dos Terena ao local:

A Terra Indígena do Icatu SP localiza-se perto da cidade de Braúna e tem como base de sua administração a FUNAI da cidade de Bauru. O surgimento da reserva foi o resultado de uma atuação do SPI na “pacificação” dos bravos Kaingang do oeste paulista. A fim de diminuir as tensões entre os índios e os agentes de ocupação, o SPI trouxe os Terena à região. Isso porque, os Terena eram considerados pacificadores, conhecedores dos métodos de trabalho de produção agrícola e criação Bovina (MANIZER, 2006, citado por SILVA, 2012, p.33-34).

Já o Governo do Estado paulista (2012) faz um histórico das três etnias presentes seu território: (Guarani, Terena e Kaingang), e diz que o SPI transferiu os Terena para o estado em 1930 para serem exemplos aos Kaingang e Guarani:

O oeste paulista tem como peculiaridade a presença da etnia terena, ao lado dos povos guarani e kaingang. Trata-se de decorrência de uma iniciativa do antigo Serviço de Proteção aos

Índios (SPI), que, na década de 1930, transferiu famílias terena para a região, a fim de que servissem de “exemplo” aos indígenas nativos – exemplo de afinco nas práticas agrícolas, mas também de obediência ao sistema de controle imposto pelos funcionários daquele órgão público (SÃO PAULO, 2012, p.19).

Para Rangel (1984), a chegada dos Terena no Posto Indígena do Icatu remontaria à época em que o local era uma colônia penal indígena. Coloca-se, aqui, na época da produção do livro, 1984, a presença de certa hostilidade entre as duas etnias, já que os Terena eram considerados pelos Kaingang como estranhos em suas terras (p.86).

O Posto Indígena Araribá seria constituído, em maioria, pelos Terena (ainda hoje é). A reserva teria sido criada inicialmente para abrigar os Guarani da região, na época em que os Kaingang estavam sendo neutralizados (1912), acabando sendo praticamente desabitada na década de 1920 devido à gripe espanhola (p.87). No final da década de 1920, chegariam as primeiras famílias Terena vindas do MS. A obra aponta novamente certa hostilidade, pois os Guarani acabariam entendendo os Terena como invasores e os Terena, por sua vez, classificariam os Guarani de maus trabalhadores (p.88).

Pinheiro (1999) demonstra que a Inspetoria Regional 5 (IR5), sediada em Campo Grande (MS), congregava Icatu (SP), Vanuire (SP), Arariba (SP), Cachoeirinha (MS) e Francisco Horta (MS). Os indígenas, estimulados e facilitados pela administração comum, movimentavam-se entre essas aldeias. Os Terenas, que eram maioria em Icatu e minoria em Vanuire, teriam vindo de Cachoeirinha na década de 30. Por serem Aruak, eram classificados pelos brancos como “civilizadores”, já que praticavam uma agricultura mais elaborada, sendo “menos nômade”, o que seria o oposto do Kaingang (p.201).

Como demonstrou Vargas (2011), os Terena tem em seu jeito de ser o processo de se juntarem em aldeias para depois se dividirem em núcleos menores. Esse fato pode ser usado para se entender seu deslocamento para fora do Estado. Dividir os Terena acaba sendo fortalecimento, pois novas lideranças surgiriam:

Esses vínculos eram fortes e permaneceram por muito tempo entre os Terena e não foram rompidos facilmente, como desejava o SPI, que até procurou adotar várias estratégias para provocar o rompimento desses laços. Seus agentes incentivavam divisões internas nos grupos, que provocaram separações e

levaram à formação de novos núcleos Terena dentro das reservas. Destaca-se, no entanto, que essas ações entre os Terena, de juntar e depois dividir formando novos grupos independentes entre si, era prática comum entre eles desde quando habitavam o Chaco paraguaio, como será visto adiante. Esses processos implicavam o reconhecimento de novas lideranças Terena pelo SPI e a reorganização interna dos grupos, o que provocava o fortalecimento, não o enfraquecimento de suas lideranças indígenas (VARGAS, 2011, p.104).

A autora coloca que os estudos indígenas não levariam em consideração os interesses indígenas nos processos de mudança e sua rearticulação cultural e identitária, pois julgariam a cultura indígena como estática, não reconhecendo que os grupos indígenas poderiam se transformar (p.34). Demonstra, também, a questão do protagonismo buscado pelos pesquisadores indígenas e não indígenas e que isso não significaria deixar de ser indígena, mas que são apropriações e ressignificações. Indígenas como sujeitos e não apenas como vítimas (p.35).

Ortiz (2014, p.28) fala do processo de vinda dos Terena para Araribá, em 1932, incentivadas pelo SPI. Diz que os povos indígenas do MS são símbolos de resistência e coragem. Ekeruá, aldeia fundada em 2002, pertence à Terra Indígena Araribá, criada em 1913, onde hoje é o município de Avaí-SP. Ela constitui-se junto com mais três aldeias: Nimuendaju, Tereguá e Kopenoty.

A autora trás o relato de Jazone de Camilo, cacique da aldeia de Ekeruá:

[...] chegamos aqui em 1932 [...] outros voltaram para trás, não acostumaram, mas alguns ficaram aqui. E aí foram buscando os parentes, trazendo os parentes, ficamos aqui e estamos aqui até hoje, trabalhando, tocando a vida... eu cheguei aqui estava com nove anos fui criado aqui no Araribá [...] (Cacique jazone, diálogo realizado em 07/08/2012 na aldeia Ekeruá). (ORTIZ, 2014, p.28).

Referências

ACÇOLINI, G.; MOURA, N. Os Terena em Mato Grosso do Sul. In: CHAMORRO, G.; COMBES, I. (Org.). **Povos Indígenas em Mato Grosso do Sul: história, cultura e transformações sociais**. Dourados: UFGD, 2015. Disponível em: <http://200.129.209.183/arquivos/arquivos/78/EDITORA/catalogo/povos_indigenas_e_m_mato_grosso_do_sul.pdf>. Acesso em: 17 jan. 2018

ACÇOLINI, G. Xamanismo e protestantismo entre os Terena: Contemporaneidades. **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v.6, n.1, p.24-27, jan./jun.2012

BITTENCOURT, C. M. F.; LADEIRA, M. E. **A história do povo Terena**. Brasília: MEC; São Paulo: USP/CTI, 2000.

BORELLI, S.H.S. Os Kaingang no Estado de São Paulo: constantes históricas e violência deliberada. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu, 1984.

Disponível em:<<http://www.cpisp.org.br/pdf/IndiosemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

BORELLI, S.H.S.; LUZ, M.L.M. Introdução. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo: resistência e transfiguração**. São Paulo: Yankatu, 1984. Disponível em:<<http://www.cpisp.org.br/pdf/IndiosemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

CAVALCANTE, T. L. V. Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa. **História**, São Paulo, n. 30, v. 1, p. 349-371, 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0101-90742011000100017&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 09 jan. 2018.

MEIHY, J.C.S.B. **Manual de História Oral**. São Paulo: Edições Loyola, 1998

MEIHY, J. C. S. B. **Augusto & Lea**: Um caso de (des)amor em tempos modernos. São Paulo: Contexto, 2006.

MELLO, D. S. B. de. **Entre Índios e Revoluções**. São Paulo: Soma, 1982

MONTEIRO, J. Vida e Morte do Índio: São Paulo colonial. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo**: resistência e transfiguração. São Paulo: Yankatu, 1984. Disponível em:<<http://www.cpis.org.br/pdf/IndioemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

MOTA, L.T. Etno-história: uma metodologia para abordagem transdisciplinar da história de povos indígenas. **Patrimônio e Memória**, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 5-16, jul./dez. 2014.

MUSSI, V.P.L. **As Estratégias de Inserção dos Índios Terena**: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005). 2006. 332 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 2006.

OLIVEIRA, R.C. de. Aspectos demográficos e ecológicos de uma comunidade Terena. **Boletim do Museu Nacional**, Antropologia, Rio de Janeiro, n.18, 5 de setembro de 1958.

ORTIZ, M.S. **Valorização dos Saberes Astronômicos de uma Aldeia Indígena Terena no Estado de São Paulo**. 2014. 101 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual Paulista, Bauru, 2014.

PINHEIRO, N. S. Vanuïre: conquista, colonização e indigenismo: oeste paulista, 1912-1967. 1999. 292 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Estadual Paulista, Assis, 1999.

RANGEL, L.H. Vida em Reserva. In: COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DE SÃO PAULO. **Índios no Estado de São Paulo**: resistência e transfiguração. São Paulo: Yankatu, 1984. Disponível em:<<http://www.cpis.org.br/pdf/IndioemSaoPaulo-ResistenciaeTransfiguracao.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2018.

RODRIGUES, R.A. **Os Caçadores-Ceramistas do Sertão Paulista**: um estudo etnoarqueológico da ocupação Kaingang no Vale do Rio Feio/Aguapeí. 2007. 209f. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

SÃO PAULO (Estado). **Programa de moradia indígena**. São Paulo, 2012. Disponível em: <<http://www.cdhu.sp.gov.br/download/manual/ProgramaMoradiaIndigena.pdf>>. Acesso em:14 jan. 2018.

SILVA, T. R. M. da. **Crianças invisíveis da reserva Icatu-SP**. 2011. Dissertação (Mestrado em Antropologia), Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

VARGAS, V. L. F. **A construção do território Terena (1870-1966):** uma sociedade entre a imposição e a opção. 2003. 161 f. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Dourados, 2003.

_____. **A Dimensão Sociopolítica do Território para os Terena:** as aldeias nos séculos XX e XXI. 2011. 187 f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2011.